

HABEAS CORPUS Nº 548.512 - SP (2019/0356589-4)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : JULIO CESAR CAGLIUME
ADVOGADO : JULIO CESAR CAGLIUME - SP394986
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CIRO DOMICIANO PEDROSO JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de CIRO DOMICIANO PEDROSO JUNIOR, contra o indeferimento de idêntica medida na origem.

Sustenta o impetrante que não há fundamentação concreta e idônea na negativa do direito do paciente de recorrer em liberdade.

Aduz, para tanto, que *"A decisão em causa que chancelou o direito do paciente em responder recurso de apelação em liberdade, apoiou-se em elementos insuficientes, destituídos de base empírica idônea, revelando-se, por isso mesmo, desprovida da necessária fundamentação substancial"* (fl. 9).

Postula, ao final, a superação do enunciado 691 da Súmula do c. STF para que seja revogada a prisão decretada em desfavor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **questio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"* (Súmula nº 691/STF).

O writ impetrado na origem teve o pedido liminar indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis**:

"[...]

O paciente foi condenado porque, em 21.02.2018, em Itapirapuã, agindo em concurso de agentes com Roberto Carlos Ribeiro Marçal e Gedion Aparecido de Freitas de Almeida, subtraíram, em proveito comum, mediante rompimento de obstáculo, treze vacas adultas e quatorze bezerros, todos da raça nelore, avaliados em R\$60.000,00, pertencentes a Ernesto Antônio de Camargo.

Consta também que o paciente, em circunstâncias de tempo e local incertas, agindo em concurso de agentes com Roberto Carlos Ribeiro Marçal e Gedion Aparecido de Freitas de Almeida, facilitaram a corrupção do adolescente P. H. L. G., praticando com ele o crime acima mencionado.

Em uma análise inicial, verifico a presença dos fundamentos autorizadores da prisão preventiva.

A propósito, o i. magistrado a quo considerou a presença de indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva. Além disso, ponderou a necessidade de se resguardar a ordem pública. A conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal, especialmente em razão das circunstâncias pessoais desfavoráveis do paciente, uma vez que ele responde a outro processo envolvendo furto de gados na região. Assim, considerou insuficientes as medidas cautelares previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal (fls. 95/97 - autos originais).

A propósito, anoto que o paciente permaneceu preso durante todo o processo, revelando-se incabível que agora, após a prolação de sentença condenatória, seja colocado em liberdade.

A par disso, verifica-se que o impetrante já interpôs habeas corpus alegando a ausência de fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, o qual teve seu provimento negado por esta 16ª Câmara de Direito Criminal em 25.06.2019, em votação unânime (habeas corpus n. 2116146-32.2019.8.26.0000).

Tratando-se de providência excepcional, a concessão de medida liminar somente se justifica na hipótese de flagrante ilegalidade, o que, até o presente momento, em vista das limitadas informações carreadas aos autos, não restou demonstrado de forma inequívoca.

Com o objetivo de verificar a legalidade e até mesmo a razoabilidade do ato apontado como ilegal, de rigor a análise de todas as circunstâncias do caso e suas peculiaridades. Assim sendo, prematura a apreciação da matéria em questão em esfera de cognição sumária" (fls. 61-64).

Na hipótese, portanto, não verifico a ocorrência de **flagrante ilegalidade** capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido.

Superior Tribunal de Justiça

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC** nº 103570, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC** nº 121828, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC** nº 123549 **AgR**, **Segunda Turma**, Rel.^a Min. **Cármem Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: **HC** nº 392.348/RO, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**; **HC** nº 392.249/PR, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**; **HC** nº 392.316/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**; **HC** nº 391.936/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**; **HC** nº 392.187/SP, **Sexta Turma**, Rel.^a Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator